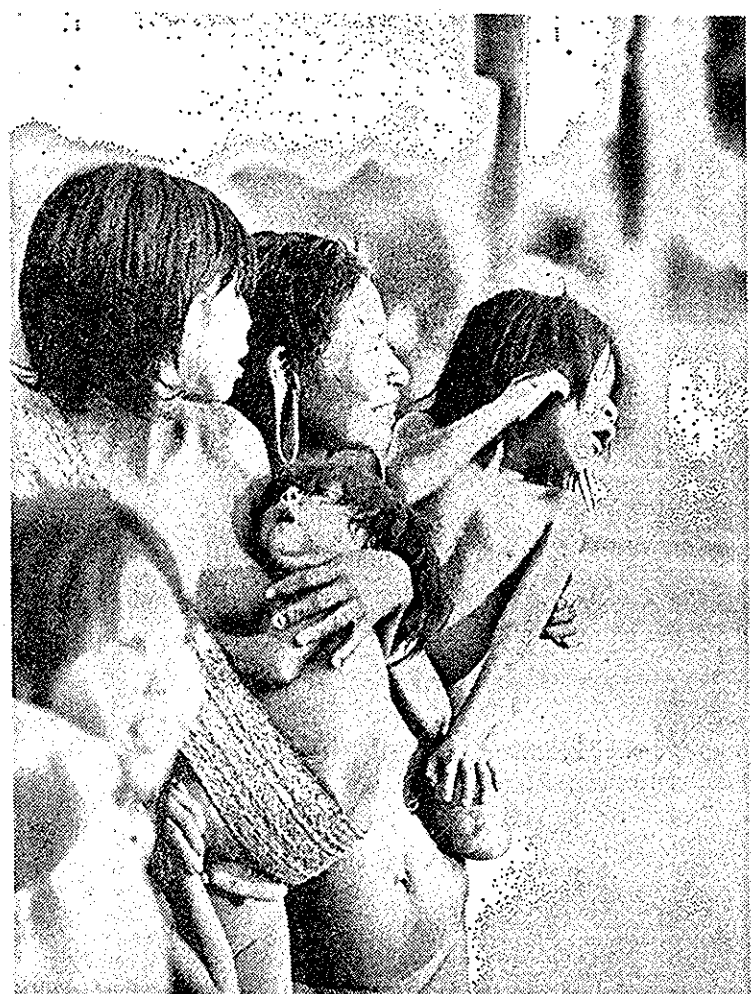


Cartas

Emancipação - 1

Voltar ao assunto do lamentável Projeto de Emancipação do Índio é extremamente penoso. Mas a carta de Lauro de Oliveira Lima hoje (19/12) publicada é tão deseducativa e equivocada que me sinto obrigado, como antropólogo, a denunciá-la como exemplo de manifestação de atitude preconceituosa, pseudo-educada. Não me assusta que o professor desconheça antropólogos e Antropologia. Sua leitura de Lévi-Strauss é, quando muito, ligeira e incompleta. Suas acusações aos antropólogos são levianas e mal-informadas. Cabe, no entanto, como satisfação à opinião pública esclarecer que nenhum antropólogo levi-straussiano ou não, estruturalista ou rotulado como quiser o Prof. Lima, confunde a equivalência das culturas indígenas em termos da sofisticação de sua organização social, da complexidade de sua cosmologia, da riqueza de seus rituais como poder econômico e militar. Ai sim, a fragreza do índio diante do branco talvez possa ser comparada à fragilidade de uma criança diante da agressão covarde de um adulto. Deve ficar claro que isto não torna os índios débeis mentais, mas deve ser entendido como resultado de um processo histórico que colocou em confronto sociedade e culturas que seguiram caminhos diferentes, que desenvolveram modos de vida e valores contrastantes e que uma delas, ocidental-industrial-capitalista, etc., através de seu poderio militar e econômico tornou-se hegemônica e dominadora, procurando impor de todas as formas a sua concepção de mundo, os seus critérios de avaliação, de hoje que o Sr. Lima se apresenta como anacrônico defensor, desde que advoga uma desigualdade básica intelectual entre civilizados e selvagens. Finalizando, chamo mais uma vez a atenção de que a atitude de superioridade em relação aos índios tem como consequência imediata uma ameaça a todos os grupos e culturas que não se encaixem nos modelos de desenvolvimento intelectual e maturidade valorizados pelo Sr. Lima. A possibilidade de obrigar, através da força, alguma pessoa ou um grupo a fazer alguma coisa não o torna vitorioso mais inteligente ou melhor do que a vítima. Gilberto Velho — Rio de Janeiro.



Emancipação - 4

Tratar de questões sérias com levandade não seria coisa de esperar de um diário com as responsabilidades que renome e circulação deram ao JORNAL DO BRASIL. Mas é o que vejo acontecer, ao ler com atraso o editorial tristemente malfeto, ignorante quanto aos fatos e capcioso no interpretar, que se coroa como ação desastrosa ao ter por título Missão de Preparar (JB, 11/11/78).

Preparar quem? E para quê? Quer o jornal sugerir que os índios, e para uma emancipação que, bem-vista, só serve aos interesses dos que da descoberta até hoje os têm espoliado de suas terras, de seus costumes, de suas vidas. Sendo que a missão caberia, entre outros, aos antropólogos. Mas será missão deles preparar quem quer que seja para o que lhe é prejudicial — ou, pelo contrário, não será missão deles apontar o que está certo e o que está errado em matéria de política indigenista? Não será preciso grande esforço de imaginação — talvez difícil a quem escreveu — para atinar com a resposta. Nem, também, para ver que a imprensa cabe igualmente uma Missão de Preparar: a de preparar a opinião pública de forma objetiva e honesta, consistente de que de seu poder de penetração pode depender uma política correta, humanística e eticamente defensável — ou vingar uma política apoiada na visão estreita dos problemas, no pragmatismo de orientação econômica imediatista. Tendo o JORNAL DO BRASIL falhado nessa missão que seria a sua, procurarei ajudá-lo a corrigir-se — ajudando quem sabe a preparar, ao menos para o futuro, o autor do editorial.

Para começar, diz o articulista que qualquer discussão toma hoje entre nós conotações emocionais, políticas e ideológicas. É verdade: mas isso quanto a qualquer discussão e onde quer que se realize — ou seria tão travada de forma estranha, porque fora do ambiente social que a gerou.

No caso específico da emancipação dos índios, é possível entre tanto manter sob controle os componentes emocionais e ideológicos que estão presentes, e isso têm os antropólogos procurado fazer. O que não podem nem querem — o que não posso nem quero eu — é negar que se trata, essencialmente, de uma discussão política. Que outra coisa é o debate que põe em questão os modos de agir governamentais e seus objetivos, ao legislar em coisas que afetam uma parcela ínfima e vulnerável da população do país? É político e terá que o ser — embora não implique isto que sirva de pretexto para atingir outros fins, políticos também, senão aqueles a que confesadamente se dirige. E dentro disto se têm mantido os antropólogos, apoiados no melhor de seu conhecimento científico e sem procurar torcer a realidade dos fatos. Como a torce o autor do editorial — com a missão de preparar o caminho para quem?

É fácil acusar subrepticamente que a defesa dos índios é pretexto para objetivos outros: eles estariam sendo "apadrinhados" pelos militantes dos movimentos políticos em defesa dos direitos humanos", etc. Quando não se tem razão ou não se sabe o que dizer, lançar a suspeita sobre forças ocultas é artifício tão batido que já espanta voltar a vê-lo. Não vale, portanto, analisá-lo, nem com isso participar da pobreza que o gerou.

Segundo o editorial, queriamos que defendem o índio conservá-lo como espécie em extinção, "quase como se fossem flamingos". Tentarei ser didático, pois a tanto

me obrigam. Espécie é algo que se refere a diferenças biológicas, e essas não as há, entre nós e os índios. Nem eles estão inevitavelmente em extinção, pois onde a proteção devida lhes foi dada pelo Estado, eles puderam recuperar-se das perdas demográficas causadas pelo contato com a população civilizada. Essa proteção quer dizer garantia da inalienabilidade de suas terras que, longe de serem jardim zoológico reservado para gozo de antropólogos em busca de teses, são o meio de produção que lhes permite alimentar-se e as suas famílias. Quer dizer também assistência médica, que os defende das doenças desconhecidas — gripe, coqueluche, sarampo — para as quais não têm resistência e que ceifam uma tribo em poucas semanas. E quer ainda dizer todo um conjunto de medidas de caráter econômico, técnico, educacional e social que, como a experiência tem demonstrado, só são eficazes — embora parcial e precariamente — na medida em que a tutela exercida pelo Estado surge como um anteparo jurídico entre povos indígenas e os grandes interesses agrários da sociedade nacional. Esta, entretanto, tem o dever, constitucionalmente consagrado, de defender esses povos por intermédio do Estado que a representa, mas emancipar significa retirar a tutela de que tem dependido a sobrevivência deles, ou seja: emancipar significa entregar os índios, inermes, àqueles interesses, e significa também extinguir-se o Estado, e com ele a sociedade de que emerge, de suas responsabilidades para com as populações indefesas cujos territórios vem ocupando há quase cinco séculos.

E contra essa fuga à responsabilidade que se levantam os antropólogos, e nisto há, ai sim, plena militância: a da consciência das responsabilidades sociais e políticas de cada um a cada momento de sua própria história: que é sua e é a do país a que pertence. E por consciência de sua missão de preparar que os antropólogos se colocaram contra a emancipação — porque para ela nada foi preparado, porque neste momento ela seria precipitada, porque nas condições atuais emancipar e destruir são sinônimos. Foi ainda por consciência dessa missão que, ao terminar em Brasília a reunião em que expuseram suas posições, ao se oporem a emancipação os antropólogos afirmaram, no documento final, estar dispostos a colaborar em tudo que pudessem aperfeiçoar o instituto da tutela e seu exercício. Escolheu-se, sintomaticamente, o mais simples e ataneiro método de não os querer ouvir, aos que pela experiência e pelo conhecimento científico mais preparados estavam para opinar.

E eles opinaram pela inopertunidade, não só de emancipar, mais de regulamentar juridicamente o processo que à emancipação conduz. Isto porque, num momento de crescentes pressões sociais e econômicas no campo, uma regulamentação desse processo pode, de um instante para o outro, tornar-se em poderoso e efetivo instrumento de manipulação dos indígenas pelos interesses dominantes. E foi este o perigo que a todos nos uniu, para além de possível divergência no pormenor, na oposição à minuta de decreto que nos foi submetida. Não importa a anunciada intenção ministerial (sobre a qual cabe toda sorte de dúvidas) de a ninguém emancipar em tempos previsíveis: havendo o instrumento legal, nada impede que em dias, meses ou anos tudo mude e seja usado o instrumento. Sem ter sido antes, preenchida a verdadeira missão de preparar que para o Estado é obrigatório cumprir... Pedro Agostinho — antropólogo — Universidade Federal da Bahia.

Brasília — Em documento dirigido ao Presidente Geisel e entregue ontem no Palácio do Planalto, 23 líderes indígenas criticam o projeto de emancipação e cobram o rigoroso cumprimento do Estatuto do Índio, em especial a demarcação de suas terras, cujo prazo expirou ontem. Advertem que "as comunidades indígenas acham-se em pleno direito de defender e desintrusar suas áreas".

O documento (Depoimentos e Exigências da Assembleia de Chefes Indígenas) foi preparado após três dias de reunião na cidade de Goiás Velho, encontro promovido pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário). O cacique xavante Aniceto disse que "foi uma falta de respeito ao índio" o Presidente não receber o grupo. Cópias foram entregues ao Ministro do Interior e à Funai.

No palácio

Os índios viajaram de Goiás Velho num ônibus fretado e foram direto ao Palácio do Planalto, onde chegaram às 11h15m. Na portaria, um funcionário só permitiu a entrada de dois índios, mas pouco depois a segurança informava que apenas um poderia entrar. O grupo indicou o cacique Aniceto.

O cacique aguardou no saguão até às 11h45m, quando o adjunto de imprensa da Presidência, Marco Antônio Kraemer, foi ao seu encontro explicar que era necessário marcar audiência para ver o Presidente e que a agenda estava esgotada até o final da semana. O cacique respondeu que os costumes indígenas eram diferentes, entregou o documento e tentou marcar hora para receber uma resposta por escrito do Presidente, o que não conseguiu.

Segundo Aniceto, os índios discutiram o projeto de emancipação e concluíram que não estão preparados para ela: "Não sabe viver

com a cultura do branco, não tem profissão, não sabe falar português e não sabe se defender". No seu entender, a emancipação só será possível "daqui a uns 200 anos".

O índio está "apavorado e magoado e estranha um projeto que dá emancipação em lugar de dar a libertação das reservas", afirmou o cacique. "Estão fazendo judiação com o índio, e ele está perdido na terra." Falou ainda que no início do ano os índios levarão ao General João Baptista de Figueiredo um nome de seu agrado para a presidência da Funai.

O grupo chegou pouco antes do meio-dia ao Ministério do Interior, mas não passou da portaria. Entretanto, jornalistas viram o Sr. Rangel Reis saindo por outra porta e avisaram aos índios, que o alcançaram já no carro. O Ministro pegou o documento (não o abriu) e prometeu ao cacique Aniceto que mais tarde falaria com o grupo sobre as reivindicações, esquivando-se da menção de que ontem terminava o prazo para a demarcação das terras.

Por fim, os índios estiveram com o presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que leu o documento; perguntou, então, se eles queriam resposta por escrito e prometeu dá-la. Os índios aproveitaram para denunciar a situação de terras em Boca do Acre (área dos apurina) e no Espírito Santo (guaranis), bem como as invasões na reserva xavante de São Marcos (MT). Também criticaram chefes de postos, por relapsos.

O cacique Aniceto pediu ao General para apurar a demarcação das terras indígenas, pois "o índio está vivendo como numa gaiola, perdendo seus costumes, suas caçadas, sua alegria e sua liberdade". Resposta: a demarcação não é um favor aos índios, mas obrigação da Funai, embora a falta de recursos dificulte o trabalho e leve à criação de prioridades.

(A Funai informou ontem que, de 161 áreas delimitadas, 69 foram demarcadas e uma — Xingu — está em fase de demarcação. Onze áreas são demarcadas em função de concorrência realizada em julho e outro tanto foi incluído na lista da próxima, dia 26.)

O sertanista Orlando Villas-Boas também leu o documento e sentenciou: "Juro de pé junto que não há um só índio brasileiro que use esta linguagem". Acha que os índios foram induzidos para dizer que fizeram sozinhos o documento e criticou a politização dos índios: o imp. tante seria dar a eles consciência de suas terras e seus valores, e não os lançar em discussões públicas sobre temas que desconhecem.

Ao saber de tal julgamento, o cacique Aniceto garantiu que o documento é de autoria exclusiva dos índios, até mesmo na redação, feita por ele, Daniel, Luiz e Álvaro, durante dois dias. Contou que Daniel o datilografou durante a noite de segunda-feira, numa máquina emprestada pelo Cimi. Todos os signatários do documento são alfabetizados e o cacique Aniceto cursou até o segundo ano primário.

Assinam o documento: Alvaro (karipuna), João (pallur), Felizardo (galibi), Luiz (dessana), Alfredo (apurina), Daniel, Adilis e Valtir (parecis), Albano (rikbaktsa), José Miguel, José Pio (tapirapés), Aniceto, Ariosto, Tobias (xavantes), Alcides, Tonico (kaiwás), Salvador, José, Francisco (kalcangues de Santa Catarina), Adelino, Mário, Argemiro (kalcangues do Rio Grande do Sul), João dos Santos e Joanas (guaranis).

Enquanto o presidente da ANAI (Associação Nacional de Apolo ao Índio), Assis Hoffmann, instalava ontem o núcleo em Brasília, a entidade, sediada em Porto Alegre, divulgava nota criticando o Governo pelo não-cumprimento da demarcação das terras indígenas.

nista, baseada nos princípios seguintes: — respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais".

Sr. Presidente, não estamos querendo ditar normas e leis, pois não somos nenhum catedrático, jurista ou teólogo, mas simplesmente queremos deixar claro as nossas exigências imediatas que nos assegure o Estatuto do Índio.

Não nos impressionam as declarações feitas pelo Sr. Ministro ou pelo presidente da Funai através da imprensa, defendendo a emancipação. Porque nós, as vítimas dessa política, somos os únicos a poder dar o parecer sincero sobre o que representa esta emancipação. Porque se as palavras bonitas resolvessem o nosso problema, hoje não estaríamos em situação tão diferente daquela que o Estatuto do Índio defende. Pois a emancipação desejada pelo Sr. Ministro trará a destruição das comunidades indígenas, consequentemente a destruição coletiva e individual de seus componentes. Porque o índio tem de viver em comunidades próprias, em plena liberdade de tradição cultural e liberdade de possuir a terra.

Sr. Presidente, expirado o prazo da demarcação das áreas indígenas, queremos identificar V. Excia. que as comunidades indígenas acham-se em pleno direito de defender e desintrusar suas áreas. caso o órgão competente, Funai, não conclua a demarcação das áreas indígenas. Concluindo que nesta data na qual explora o prazo de demarcação das áreas indígenas, exigimos que seja cumprido o que a lei manda e que seja rasgado o projeto de Lei de Emancipação, da autoria do Sr. Ministro Rangel Reis.

São os pensamentos do índio brasileiro, através de seus representantes hoje aqui presentes: Karipuna, Pallur, Galibi, Dessana, Apurina, Jamanadi, Tapirapé, Xavante, Rikbaktsa, Pareci, Kaiwa, Kalgang e Guarani, no encontro realizado em Goiás, na data de 17 a 19 de dezembro pelos representantes indígenas de Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Documento dos Índios

suas terras arrendadas pela própria Funai e que agora se vê incompetente de tirar os próprios intrusos que ela assentou em nossa área. Outras são invadidas sob o olhar pacífico, quando não com o próprio apoio de chefes de postos ou delegados regionais do órgão de proteção ao índio. Caso concreto, o de Roraima, onde o delegado da Funai permitiu os intrusos a invadirem as áreas indígenas, conforme depoimentos dos chefes indígenas reunidos em assembleia em Surumu.

O mais grave de tudo isto é quando um ato de violência pesa sobre uma comunidade indígena que já não tem perspectiva de ver suas terras devolvidas, como ocorre com os kadiwê de Mato Grosso do Sul que tiveram suas terras arrebataadas com a permissão do órgão competente, a Funai, mediante arrendamentos. Estes mesmos invasores formam hoje a Associação dos Arrendatários da Reserva dos Kadiwê, com forte aparato político regional.

O Estatuto do Índio em seu Artigo 66 diz: "Órgão de proteção aos silvícolas fará divulgar e respeitar as normas da convenção 107". Essa convenção defende nossos mais elementares direitos e sendo o Brasil um dos signatários dessa convenção tem a obrigação de executá-la, especialmente no que se refere à nossa liberdade de comunicação e expressão. Isto vem ao caso porque hoje denunciemos a ação policial sobre a Funai vem exercendo sobre as comunidades indígenas, proibindo os índios de participarem de encontros e reuniões. Ao que parece a Funai teme o que é dito nesses encontros onde nada mais fazemos que relatar nossas lutas e fracassos, os crimes praticados pelo branco nas comunidades nas quais cada um de nós está integrado. Um fato que marcou profundamente a nossa memória foi a dissolução da assembleia de Surumu, em Roraima, o que contraria a própria Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio, a qual diz em seu Artigo 19, item I, que compete à Funai "estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indige-

na". Sr. Presidente, V. Excia. há de convir que o sangue do nosso povo não mais pode ser contido nas veias, vindo que as terras restantes, comparadas com o imenso território brasileiro, que tínhamos no passado e pleno domínio de posse, estão sendo usurpadas pelos brancos.

O que mais nos deixa perplexos é que neste estado de coisas é que se lança o projeto de decreto de emancipação, quando sabemos que vários artigos da nossa lei, o Estatuto de Índio, não foram cumpridos.

O que mais chamou a atenção e que tem sido objeto de debates e denúncias no seio de várias entidades de âmbito nacional é o seguinte: "O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas" (Art. 65).

Assim como a opinião pública condenou essa emancipação, também nós, em nome da comunidade indígena brasileira, repudiamos esta emancipação. Que ela seja afastada do vosso gabinete e que sejam levadas em consideração nossas exigências. Que seja cumprido este item da lei que parece um dos pontos vitais que a nova lei quer evitar. Que se reconheça o índio como herdeiro e dono legítimo de suas terras e que as reservas sejam reconhecidas como propriedade coletiva das comunidades indígenas. Qualquer omissão ou falta de interesse sobre este aspecto será atitude que nos levará a concluir que a emancipação pregada pelo Sr. Ministro do Interior é nada mais nada menos uma atitude hostil e mal-intencionada contra as comunidades indígenas. Portanto condenável.

Outro artigo do Estatuto do Índio diz o seguinte: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelo silvícola" (Art. 18).

Sr. Presidente, bem sabemos o grave problema que enfrentam as comunidades indígenas que têm

Brasília — Foto de Jair Cardoso



O cacique Aniceto não gostou de ter que deixar o documento com o assessor Marco Antônio Kremer (D)